

Permanências definitivas deferidas pelo Sr.

Diretor de Divisão.

PROCESSO Nº 6 209/82	- CELIA NIDIA GONZALEZ DE IRLA
PROCESSO Nº 14 741/82	- JOSÉ LUIS MORAIS DE MELO
PROCESSO Nº 26 053/82	- SANTIAGO ANDRÉS ALDANA; LILIANA DOMINGA RAMONA ESTOA DE ALDANA e CAROLINA ALDANA
PROCESSO Nº 26 809/82	- PHILIPPE ANDRÉ BROYON; SANDRINE CHANTAL BROYON; MARGRIT BROYON e ALAIN DANIEL BROYON.
PROCESSO Nº 30 815/82	- NAOHIRO DOI e MARIKO DOI
PROCESSO Nº 31 181/82	- MANUEL FREITAS DA SILVA NEVES
PROCESSO Nº 31 315/82	- VALENTIM JOÃO GRAZINA FERNANDES DAS CANDEIAS.
PROCESSO Nº 31 333/82	- ANTONIO AUGUSTO BALTAZAR PIRES
PROCESSO Nº 31 335/82	- JOSÉ MANUEL FERNANDES DA SILVA
PROCESSO Nº 31 337/82	- HIDEO KATO; AIKO KATO; YUICHI KATO e YOSHIYUKI KATO.
PROCESSO Nº 31 383/82	- ANTONIO MANUEL CABRAL MENDONÇA
PROCESSO Nº 31 385/82	- ZELIA MARIA CABRAL MENDONÇA
PROCESSO Nº 31 675/82	- NATALIA GOUVEIA e JOÃO LUIS GOUVEIA NUNES JARIMBA.

ANTONIO FERREIRA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 20.09.82.

Às dez horas do dia vinte de setembro de um mil novecentos e oitenta e dois, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Ministério da Justiça, quarto andar, sala quatrocentos e setenta. Presentes os Senhores conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ, BENJAMIN MORAES FILHO, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, JAIR LEONARDO LOPES, NEGI CALIXTO e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em assuntos gerais, o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre vinte e dois de julho a quinze de setembro último. Em seguida participou ao Egrégio Conselho que o Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça baixou a Portaria Nº 615, de 9 de setembro, designando os Doutores JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS e EDSON O'DWYER para integrarem, respectivamente, como representante e suplente, o Conselho Nacional de Política Penitenciária. À oportunidade o Senhor Presidente congratulou-se com o Exmº Senhor Ministro pelo acerto com que preencheu as vagas e transmitiu ao novo titular, votos de sucesso frente aos trabalhos que assumia. O empossado com a palavra, agradeceu ao Senhor Presidente pela confiança emprestada e solicitou que fosse transmitido ao Exmº Senhor Ministro, a sua mensagem no sentido de que envidará esforços para atender ao que lhe foi confiado. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Colegiado Conselho, tendo sido aprovada pela unanimidade dos presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente inverteu a ordem da pauta e colocou em prioridade à análise do anteprojeto de decreto de indulto natalino, proposto pelo Senhor Diretor-Geral Substituto do DEPEN. Com a palavra o Senhor Diretor-Geral fez a leitura do decreto de indulto do ano anterior e, em seguida, passou cópia do novo anteprojeto aos Senhores Conselheiros presentes. Por solicitação do Senhor Presidente foram destacados apenas o conteúdo que o mencionado anteprojeto propunha como inovação. Assim, no Art. 1º, final do parágrafo único, foi proposto que o indulto natalino atingisse "às mães de filhos menores de dezoito anos de idade, se primárias ou se reincidentes, tenham cumprido um quarto da pena". Colocada a matéria em discussão foi debatido a redução da idade dos filhos bem como a validade moral da companhia da mãe ao filho. Quanto ao mérito, foi proposto que fosse observado também, não simplesmente o fato da mulher ser mãe, mas principalmente, estar a criança à sua guarda à época do fato. Finalmente, com relação à redução da idade foi sugerido que esta ficasse coerente com o Código Penal que determina a idade de 14 anos em seu Art. 217. Participaram das emendas, respectivamente, os Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, ANTONIO ZAPPALÁ, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA. Por solicitação do Senhor Presidente o Senhor

lheiro BENJAMIN MORAES FILHO, redigiu a proposta de alteração do citado Parágrafo único, do Art. 1º de acordo com as sugestões supramencionadas e a seguir transcritas: "Parágrafo único - É igualmente concedido indulto: I) - aos condenados a penas superiores a quatro anos que tenham completado sessenta anos de idade até a data fixada neste artigo desde que hajam cumprido um terço da pena se primários, ou metade se reincidentes. II) - aos menores de vinte e um anos de idade na data do crime, se primários e se tiverem cumprido um terço da pena; III) - às mães de filhos menores de catorze anos que tenham cumprido um quarto da pena, se primários ou um terço, se reincidentes, desde que na data do crime estiverem esses filhos sob a guarda materna, e que não fosse qualquer destes vítimas da mãe condenada". Submetida a votação foi a matéria aprovada pela maioria dos presentes, vencidos os Senhores Conselheiros JAIR LEONARDO LOPES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que genericamente discordaram da inovação por julgarem o tema com perspectivas amplas e sutis. Novamente com a palavra o Senhor Diretor-Geral Substituto do DEPEN informou que as demais novidades contempladas pelo anteprojeto, estavam contidas nos Artigos 3º, 7º, e 8º, como segue: "Art. 3º - Para efeito de indulto ou redução somam-se as penas que correspondam a infrações diversas. § 1º - Poderá ser aplicado o presente decreto, quanto aos crimes dele não excluídos, se o condenado também cumprir pena por ilícitos mencionados no Art. 7º, §2º - Aplica-se também este decreto, independentemente do disposto no Art. 7º aos condenados a penas superiores a trinta anos, observado o artigo 55 do Código Penal, bem como aqueles que estejam em cumprimento da pena em regime de liberdade condicional e prisão aberta. - Art. 7º - Este decreto não beneficia os condenados por crime: I - de roubo, nas modalidades previstas no parágrafo 3º do Artigo 157, do Código Penal; II - de extorsão nas modalidades previstas nos artigos 178, §2º e 159 e seus parágrafos. III - de estupro e atentado violento ao pudor; IV - de quadrilha ou bando; V - contra a segurança nacional; VI - relativo a entorpecente ou substância que cause dependência física ou psíquica, quando reconhecida na sentença a condição de traficante. - Art. 8º - Caberá ao Conselho Penitenciário, de ofício ou por provocação de qualquer interessado, verificar quais os condenados que preencham os requisitos estabelecidos por este Decreto, emitindo, desde logo, parecer, nos termos do artigo 736 do Código de Processo Penal, que se não remetido ao juiz da execução, para fins do artigo 738 do mesmo Código. § 1º - Se o Conselho Penitenciário não se pronunciar até 15 de janeiro de 1983, caberá ao juiz da execução verificação dos requisitos estabelecidos por este Decreto. § 2º - As autoridades que custodiarem os condenados encaminharão aos Conselhos Penitenciários, até 30 dias após a publicação deste Decreto, relação dos presos que tenham cumprido o período mínimo da pena, tenham sido beneficiados há mais de dois anos na forma do Inciso I do artigo 6º, e que tenham praticado crimes não excluídos dos benefícios deste Decreto, prestando desde logo informações circunstanciadas, sobre a vida prisional e a conduta de cada um. § 3º - A relação e as informações concernentes aos sentenciados em gozo de suspensão condicional ou de livramento condicional deverão ser enviadas pela entidade incumbida de fiscalização do cumprimento das condições do benefício, ou da observação cautelar e proteção do liberado. Na falta da entidade, tais informações poderão ser supridas por outro documento idôneo." Ante ao exposto o Senhor Conselheiro BENJAMIN DE MORAES FILHO, solicitou ao Senhor Presidente que fosse indicado um grupo para apreciar a matéria apresentada, bem como redigir as emendas pertinentes. Acolhendo o que foi solicitado o Senhor Presidente indicou os Senhores Conselheiros JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA e BENJAMIN DE MORAES FILHO, que, algum tempo, após, relatou os substitutivos que se seguem: quanto ao § 1º do Art. 3º, foi transformado em Parágrafo único, com a seguinte redação: "Sem prejuízo do disposto no Art. 7º, o presente decreto aplica-se ao somatório das penas das demais infrações." Posto em discussão foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Com relação ao § 2º deste artigo, o grupo levantou dúvidas quanto à legalidade da proposta implícita no preceito da norma. Em virtude disto, após os debates, o Colegiado em unanimidade, opinou pela supressão deste parágrafo. No que se refere ao Art. 7º proposto pelo anteprojeto, o grupo opinou por sua manutenção e o Conselho aprovou por maioria de votos, vencidos os Senhores Conselheiros JAIR LEONARDO LOPES e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Igualmente vencido o Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, que discordava genericamente de qualquer exclusão, coerente com o voto emitido na discussão do decreto anterior, especificamente por entender que não foi estabelecido um critério jurídico onde ordem prática na eleição das entidades penais excluídas do benefício a saber: No Inciso I, por entender que a conduta inculminada é compatível com as do § 1º e 2º do Art. 157, do Código Penal, e, o resultado lesão grave ou morte é preterdoloso; no que tange a exclusão do Art. 288, por entender que esta figura penal, quase sempre, aparece, em concurso material com a entidade penal do § 1º e 2º Art. 157, prejudicando, relativamente aquelas, a concessão do benefício; no Inciso V, só se daria a exclusão dos crimes que envolvessem atentado pessoal, compatibilizando, assim, o anteprojeto